



REDAÇÃO FINAL CJR

**PROJETO DE LEI N.º 01/2020**

**"CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º** Ficam concedidos, a partir de 1º de janeiro do corrente ano, reposição salarial de **4,48%** relativo ao índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no período de janeiro/2019 a dezembro/2019, na remuneração dos servidores públicos municipais efetivos e comissionados.

**Art. 2º** Os vencimentos relativos a 40 horas semanais que, após calculada a reposição salarial de que trata o art. 1º, não atingirem o valor correspondente a 1 (um) salário mínimo nacional, serão automaticamente majorados para o valor deste, ou seja, R\$ **1.039,00**, em janeiro de 2020 e o valor de **R\$ 1.045,00** a partir do mês de fevereiro de 2020.

**Art. 3º** Ficam concedidos os mesmo índices de reposição do art. 1º para os agentes públicos do Município de Canoinhas.

**Art. 4º** Ficam concedidos os mesmo índices de reposição do art. 1º para os servidores do quadro de pessoal do Poder Legislativo ativos, inativos e pensionistas.

**Art. 5º** Fica estabelecido o piso salarial do magistério para o exercício de 2020, no valor de R\$ 2.888,24, para o nível I, classe 1 da tabela dos profissionais do magistério de que trata a Lei Complementar Municipal 38/2011.

**Parágrafo único.** Os vencimentos nos níveis II, III, IV e V, classe 1, da tabela de que trata o caput, serão repostos e aumentados conforme o percentual estabelecido pelo MEC para definir o piso salarial do magistério, ou seja, 12,84%.

**Art. 6º** Fica concedida a reposição, relativa ao índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no período de janeiro/2019 a dezembro/2019, prevista no artigo 1º, aos agentes políticos.

**Art. 7º** A reposição salarial prevista no caput não se aplica aos agentes




comunitários de Saúde, visto que o piso salarial da categoria foi fixado pela Lei Municipal nº 6.463, de 13/12/2019.

**Art. 8º** As despesas desta Lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de janeiro de 2020.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

  
Camila Lima  
Presidente

  
Zenici Dreher  
Vice-Presidente

  
Coronel Mário  
Membro